



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar
de Professores

CORPO, ESCRIVÊNCIA E DISSIDÊNCIA: ESTRATÉGIAS DE CONTROLE E TÁTICAS DE RESISTÊNCIAS NO COTIDIANO EDUCATIVO

BODY, "ESCRIVÊNCIA" AND DISSIDENCY: CONTROL STRATEGIES AND RESISTANCE TACTICS IN THE EDUCATIONAL DAILY LIFE

Diego Pereira da Silva ¹

RESUMO

Nos últimos dez anos no cenário brasileiro, delineou-se uma ofensiva discursiva obstinada em capturar as corporalidades e impor normas de conduta balizadas pelo determinismo anatómico. Essa maquinaria de poder, capilarizada em ecossistemas digitais, arenas parlamentares e no cotidiano escolar, opera por meio da invisibilização e patologização de existências dissidentes que fraturam o binarismo hegemônico. Este artigo empenha-se em analisar as categorias de corpo, identidade e gênero sob uma perspectiva pós-estruturalista, perscrutando os enquadramentos regulatórios que intentam domesticar tais sujeitos. Ao inscrever-me na tessitura da investigação enquanto a própria carne dissidente em análise, assumo a autoetnografia e a escriturabilidade como recusas políticas à assunção de uma neutralidade positivista estéril. Metodologicamente, o manuscrito ancora-se na configuração textual de Mortatti (1999), estabelecendo um tensionamento crítico com as formulações de Michel de Certeau (1989) acerca das estratégias institucionais de controle e das táticas quotidianas de insubmissão, em interlocução com as pedagogias culturais do corpo de Guacira Lopes Louro (2004). O percurso analítico indicia que, embora as estruturas busquem edificar espaços de docilização e aprisionamento, o chão da escola pulsa como um território poroso, onde as astúcias microfísicas das margens operam desvios e asseguram a reinvenção da vida.

Palavras-chave: Escriturabilidade. Gênero. Pós-estruturalismo.

ABSTRACT

Over the last ten years in the Brazilian scenario, an obstinate discursive offensive has emerged, aimed at capturing sexualities and imposing behavioral standards guided by anatomical determinism. This

¹ Doutorando em Educação pela Faculdade de Educação (FAED) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Campo Grande. Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto-Sensu*, em Educação (PGEDU) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Paranaíba. Especialista em Educação Especial pela UEMS/ Pólo de Aparecida do Taboado e Alfabetização e Letramento pela Faculdades, Pedagogo pela UEMS/ Unidade Universitária de Paranaíba. Atualmente é membro do grupo de pesquisa GEPENAFF coordenado pela professora Doutora Sandra Novais.



machinery of power, capillary in digital networks, parliamentary discourses, and everyday school life, operates by invisibilizing and pathologizing dissident existences that fracture the hegemonic binary system. This article analyzes the categories of body, identity, and gender from a post-structuralist perspective, investigating the regulatory frameworks that attempt to domesticate these subjects. By enrolling myself in the research fabric as the very dissident body under analysis, I adopt autoethnography and *escrevivência* as political refusals to assume a sterile positivist neutrality. Methodologically, the work is anchored in the textual configuration of Mortatti (1999), establishing a critical tension with Michel de Certeau's (1989) formulations on institutional strategies of control and everyday tactics of insubmission, in dialogue with the cultural pedagogies of the body of Guacira Lopes Louro (2004). The analytical path indicates that, although structures seek to build spaces of docility and imprisonment, the school ground pulses as a porous territory, where the microphysical astuteness of the margins operates detours and ensures the reinvention of life.

Keywords: Escrivência. Gender. Post-structuralism.

1. INTRODUÇÃO

Escrever este texto é como lutar em uma guerra em que você dá sugestões e não é ouvido. Quando não se tem mais solução, utiliza-se justamente aquela alternativa que outrora foi renegada por vir de quem veio; vence-se, resolve-se a problematização e, no momento em que vão entrevistar o capitão da tropa, ele, em seu pedestal de poder e ignorância prática, não consegue explicar o caminho da vitória. É preciso, então, chamar você para os detalhes da batalha.

Essa metáfora ilustra o apagamento histórico que nós, corpos considerados marginais ou dissidentes, sofremos nos espaços de produção de saber e poder. Mas, antes de tudo, este escrito é um ato para mim e para a minha comunidade — os LGBTQIAPN+² — para que consigamos de fato (sobre)viver ao não visto, ao não postado, ao que julgo marginalizado, e possamos finalmente ser considerados pessoas de direito.

Nota-se que, nos últimos dez anos, o cenário brasileiro tem sido palco de disputas discursivas e políticas acirradas que elegem alguns corpos como objeto de discussão e controle moral. No cenário político, por exemplo, parlamentares utilizam em suas campanhas moralistas de redes sociais discursos que buscam forjar um controle absoluto sobre os comportamentos, os desejos e as identidades por meio do reducionismo biológico, amarrando de forma compulsória o sexo anatômico e negando a existência e o modo de (re)existir dos corpos dissidentes.

Em confronto a este cenário de vigilância e docilização, coloco-me aqui não apenas como o

² A evolução e a expansão da sigla para LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-binários e demais dissidências, representadas pelo sinal fonético "+") não constitui um mero arranjo linguístico, mas uma resposta tática e política à necessidade de visibilizar corporalidades e identidades historicamente rasuradas pelas próprias matrizes de enquadramento ocidentais. No campo educacional e das pedagogias culturais, a adoção dessa grafia pluraliza o debate e impede que as políticas de reconhecimento sejam capturadas por um binarismo reducionista, legitimando a multiplicidade existencial que tensiona o chão da escola contemporânea.



sujeito que analisa, mas como o próprio objeto em questão: sou o corpo dissidente que ocupa o próprio lugar de fala, que está na academia, que atua na escola básica como profissional e que sente na pele os efeitos cotidianos dessas engrenagens de enquadramento.

Proponho-me, desta forma, a realizar uma escrita situada, carregada com as marcas do meu lugar de falar (Certeau, 1989), construindo uma autoetnografia que dialoga intimamente com o conceito de “escrevivência” de Conceição Evaristo (2007)³. A adoção da escrevivência, surge neste trabalho não como mera ilustração biográfica ou concessão confessional, mas como uma escolha eminentemente política e epistemológica. Evaristo (2007) postula que a escrevivência se realiza como um ato de escrita que não se desvincula da experiência vivida na própria carne, emergindo como uma dupla face onde o ato de viver e o ato de escrever se fundem para rasurar o apagamento histórico dos corpos subalternizados. Ao trazer a escrevivência para o cerne do debate sobre as dissidências de gênero e sexualidade no cotidiano educativo, opero uma recusa deliberada à distância higiênica e à farsa da neutralidade positivista que historicamente destituiu o sujeito marginalizado da sua condição de produtor de saber legítimo. A minha carne que ensina, transita e desvia nos corredores escolares é, simultaneamente, a carne que rasga o papel acadêmico; as minhas memórias e as marcas da violência sutil exercida sobre os meus gestos e roupas tornam-se, portanto, arquivo vivo e matéria metodológica rigorosa sob o crivo da configuração textual.

Ao me transpor para o papel, recuso a ideia da neutralidade positivista que historicamente negou a existência da subjetividade para que nós, corpos dissidentes, fôssemos validados como produtores de saber. As minhas memórias e as minhas marcas corporais são ferramentas metodológicas e epistemológicas legítimas.

Com a busca do rigor científico e para evitar que o relato de si descambe para um mero confessionalismo sem análise teórica densa, adoto como norte metodológico a configuração textual proposta por Maria do Rosário Mortatti (2012).

A necessidade de uma escrita que assume sua própria carne decorre do diagnóstico de que a neutralidade científica operou, historicamente, como uma máscara superficial destinado a expurgar a alteridade dos centros de produção de saber legítimo.

Quando o paradigma positivista exige o distanciamento absoluto entre quem pesquisa e o que é pesquisado, estabelece-se um dispositivo de silenciamento que desidrata a vivência dos corpos

³ A oscilação intencional nesta escrita, que ora evoca as autoras de referência por seus nomes completos ou compostos (como Guacira Lopes Louro e Maria do Rosário Longo Mortatti), ora estritamente por seus sobrenomes institucionais, constitui um exercício metodológico fundamentado na própria noção de escrevivência de Conceição Evaristo (2007). Ao recusar uma uniformidade puramente mecânica e higienizada, busca-se humanizar a autoria e marcar o afeto e a proximidade política com as matrizes teóricas que dão sustentação a este texto. Como postula Evaristo, a escrita de si não se desvincula da carne nem da coletividade; logo, flexibilizar a rigidez nominal clássica funciona como uma tática textual de profanação das normas positivistas de distanciamento, borrando as fronteiras entre o rigor científico e a subjetividade de um corpo dissidente que escreve e se inscreve na pesquisa.



dissidentes, transformando trajetórias de dor e resistência em meras notas de rodapé ou dados frios de tabelas demográficas. Ao recusar essa distância normativa, a autoetnografia não se reduz a um exercício egóico ou confessional; ela se transmuta em uma metodologia de escavação das violências sutis que estruturam as instituições de ensino. A carne que transita pelos corredores escolares, que sente a suspensão do ar diante de roupas que não performam a masculinidade compulsória e que ouve os sussurros nos bastidores das salas de professores é a mesma que mobiliza os referenciais teóricos para rasgar o papel acadêmico.

Essa abordagem epistemológica ganha urgência diante do avanço de discursos parlamentares e midiáticos que, na última década no Brasil, passaram a tratar as discussões de gênero não como categorias analíticas de direitos humanos, mas como ameaças morais a serem combatidas. O pânico moral contemporâneo atua na fabricação de um inimigo interno fictício, elegendo as dissidências como alvos preferenciais de projetos de lei que visam à mordada curricular e ao policiamento dos corpos de docentes e discentes. Esse cenário de vigilância difusa exige que a pesquisa em ciências humanas abandone o conforto das abstrações e assume o caráter de arquivo vivo, onde a memória individual se conecta umbilicalmente à resistência de uma coletividade histórica.

Desta forma, o objetivo deste texto é analisar os moldes regulatórios que tentam enquadrar e silenciar o corpo, a identidade e o gênero nos discursos políticos e no cotidiano escolar brasileiro da última década. Investigo, a partir do cruzamento de referenciais teóricos pós-estruturalistas e da minha própria vivência prática na escola, como as "estratégias" (Certeau, 1989) de poder biopolítico⁴ operam na tentativa de fixar nossas identidades e de que maneira respondemos a elas através de "táticas" astutas de sobrevivência e desvio que fraturam o molde hegemônico.

2.1 Referencial Teórico: O Corpo como Arquivo Político e Textura Discursiva

Para desestabilizar as pressões regulatórias que incidem sobre as subjetividades que fogem à norma, torna-se urgente implodir a premissa de que a anatomia é um dado bruto, anterior à cultura. O senso comum, frequentemente instrumentalizado por setores políticos reacionários, opera a partir de um determinismo que enxerga na biologia o destino moral dos sujeitos.

Em primeiro lugar, o corpo é ensinado a ser educado (Louro, 2004). A lógica naturalista de corpos de meninos e meninas em espaços regulatórios como a escola opera mediante relações de

⁴ O conceito de biopolítica, cunhado por Michel Foucault em obras como *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber* (1988), designa uma tecnologia de poder soberano que passa a gerir a vida, regulando a população por meio de saberes-poderes e estatísticas estatais. No horizonte pós-estruturalista e das pedagogias culturais, a biopolítica é articulada para compreender como o Estado e as instituições normativas (como a escola) agem não apenas disciplinando corpos individualmente, mas controlando os modos de vida, os desejos e as identidades coletivas, elegendo quais corporalidades são legítimas e quais devem ser empurradas para as margens da inteligibilidade social.



poder que podem ser visibilizadas ou invisibilizadas pelas ações coercitivas sobre o modo de estar nos espaços. Como exemplo, atribui-se às meninas a mansidão e a atenção, e aos meninos, a coragem e a centralidade do ser.

Nesse sentido, os corpos não são apenas modelados por discursos e práticas, eles são também o lugar em que o poder se torna visível. Ao ditar como corpos de meninos e meninas devem se movimentar, falar e ocupar a instituição, a escola naturaliza papéis sociais, transformando o que é puramente cultural em um suposto "destino biológico". Romper com essa lógica exige tornar visíveis essas coerções diárias, desestabilizando a premissa de que o espaço escolar deve ser um espelho de normas binárias e excludentes.

Pensar o corpo, para Goellner (2003), é interpretá-lo a partir da cultura e da história — um desafio que rompe com a lógica deixada pelas marcas do tempo, dos espaços, das conjunturas econômicas e políticas, e dos grupos étnicos. O referencial pós-estruturalista contemporâneo desloca radicalmente essa perspectiva, demonstrando que o corpo é uma superfície moldada por discursos que o antecedem e o circunscrevem. Como assevera a autora, o corpo não pode ser decodificado fora das tramas linguísticas que o inventam: ele é, fundamentalmente, uma produção cultural, um texto sobre o qual se inscrevem e se reinscrevem os códigos sociais de uma época.

A materialidade anatômica só adquire sentido, legibilidade e inteligibilidade por meio dos significados que a cultura lhe atribui. Longe de ser um receptáculo passivo ou uma verdade biológica imutável, o corpo se constitui como uma construção fluida e histórica, constantemente atravessada por relações de poder que ditam quais formas de existir são consideradas legítimas, normais ou inteligíveis. Portanto, desnaturalizar a anatomia e compreendê-la como um efeito do discurso — e não como sua causa — é o passo político fundamental para desestabilizar as normas regulatórias e abrir espaço para a emancipação das subjetividades dissidentes.

O corpo é também o que dele se diz, pois ele é construído, analogamente, pela linguagem. É ela que atribui significados às diferenças corporais, produzindo-as a partir de determinados interesses e de específicas relações de poder que se estabelecem em cada tempo e lugar (Goellner, 2001, p. 29).

Compreendido como uma produção discursiva de sentidos, o corpo não se encerra na rigidez da biologia; ao contrário, ele se manifesta como um território provisório, mutável e profundamente atravessado pelas instâncias científicas e tecnológicas da contemporaneidade. Longe de ser uma matéria inerte, o corpo físico sofre intervenções contínuas que respondem às representações sociais de cada época, operando como um veículo que simultaneamente produz e reproduz códigos morais. O corpo constitui-se, assim, como um espaço formativo e de vigilância, um lugar que se educa a partir de pedagogias sutis que determinam quais marcas identitárias devem ser assimiladas e quais precisam ser sumariamente rejeitadas.



Essa dinâmica de modelagem e controle converge diretamente com as reflexões de Louro (2004) ao discutir como as instituições e as práticas sociais agem como eixos de domesticação dos sujeitos. De acordo com a autora, os investimentos que a sociedade realiza sobre a materialidade corporal visam transformá-la em um texto legível e normalizado. Nesse processo de escolarização e socialização, "[...] os corpos não são apenas modelados por discursos e práticas, eles são também o lugar em que o poder se torna visível" (Louro, 2004, p. 12). Sob essa ótica, a educação dos corpos atua na inscrição de performances esperadas, fixando binarismos e balizando as fronteiras do que é considerado aceitável.

Torna-se evidente que esse meio regulatório estabelece uma triagem perversa de inclusão e exclusão, pautada na lógica do belo, do jovem e do saudável. Os corpos que incorporam com sucesso os imperativos estéticos e funcionais recebem o estatuto de normalidade e legibilidade social. Em contrapartida, as subjetividades que divergem desses padrões — exibindo as marcas do envelhecimento, do adoecimento, da dissidência de gênero ou de estéticas não hegemônicas — são empurradas para as margens da invisibilidade ou da patologização. Desestabilizar essas pressões exige, fundamentalmente, denunciar o caráter histórico e artificial desses critérios, desnaturalizando os binarismos que segregam os corpos nos espaços sociais.

A escola básica não distribui apenas saberes formalizados; ela distribui, de maneira ritualística e coreográfica, os corpos no espaço. A divisão binária que segmenta as filas na entrada, a demarcação anatômica dos banheiros e o policiamento invisível dos pátios durante o intervalo recreativo operam como pedagogias culturais de alto teor coercitivo. Conforme as formulações de Guacira Lopes Louro, o corpo é capturado por redes de investimento social que visam torná-lo um texto legível, inteligível dentro das matrizes heteronormativas vigentes. Quando um estudante ou um professor desvia dessas expectativas estéticas ou performáticas, a instituição manifesta o que se pode classificar como uma crise de legibilidade. A máquina escolar, projetada para a homogeneização e para o controle biopolítico da infância e da juventude, colapsa teoricamente e praticamente quando confrontada por presenças que se recusam ao enquadramento compulsório.

O funcionamento dessas instituições mapeia os corpos, buscando formas de silenciar a contestação de sua voz, de sua identidade e de sua presença. Essa dinâmica de modelagem apoia-se em uma anatomopolítica que encontra na maquinaria escolar o seu laboratório ideal. Como assevera Foucault (1987)

O momento histórico dos projetos de que nasceram as instituições disciplinares é o momento em que nasceu uma arte do corpo humano, que visa não unicamente ao aumento de suas habilidades, nem tampouco ao aprofundamento de sua sujeição, mas à formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto mais útil, e inversamente (Foucault, 1987, p. 118).



A escola tradicional opera justamente nessa encruzilhada disciplinar, transformando a imposição de comportamentos de gênero em um critério de utilidade e docilidade institucional. Ao ditar o ritmo dos passos, a modulação das vozes e o ordenamento do espaço a partir do sexo biológico, a instituição escolar tenta sufocar o imprevisto da diferença. O corpo dissidente que transita por essa geografia regulada rasura a lógica da docilização, pois sua própria presença coloca em evidência o caráter ortopédico e artificial das normas que a escola tenta naturalizar como destino anatômico.

Essa engrenagem de enquadramento encontra eco no determinismo biológico que reacionarismos políticos contemporâneos tentam restaurar. Ao naturalizar as diferenças de gênero como dados anatômicos fixos, imutáveis e anteriores à própria cultura, esses discursos operam uma violência epistêmica que empurra as existências LGBTQIAPN+ para as margens da monstrosidade ou da patologia jurídica. Como nos lembra Silvana Goellner, o corpo físico é uma superfície provisória e histórica, moldada continuamente pelas tramas da linguagem e pelas instâncias tecnológicas de cada época. Não há anatomia pura; o que existe é um processo incessante de inscrição e reinscrição de códigos sociais sobre a carne, de modo que a própria postulação do que é "natural" constitui um efeito político discursivamente fabricado para justificar a exclusão das subjetividades excêntricas.

A perspectiva foucaultiana de vigilância e punição ganha contornos refinados no cotidiano educativo. O poder microfísico não necessita de atos contínuos de violência soberana para se fazer notar; ele se capilariza no olhar vigilante do inspetor de alunos, nas correções sutis de postura feitas em sala de aula e nas avaliações institucionais que silenciosamente punem o comportamento considerado inadequado ou excessivo. A produção de "corpos dóceis" atua diretamente sobre os gestos, as escolhas de vestuário e até as entonações de voz. O corpo dissidente, ao transitar por essas geografias vigiadas, carrega consigo a potência do ruído. Ele expõe a fragilidade da ficção normativa, demonstrando que a masculinidade e a feminilidade hegemônicas exigem um esforço ritualístico diário para se sustentarem como verdades absolutas. O ruído da carne dissidente não é uma mera rebeldia inconsequente, mas uma fratura exposta nas pedagogias de controle que força as instituições a olharem para seus próprios mecanismos de rejeição e violência simbólica.

Essa fabricação linguística e material ganha contornos ainda mais nítidos na obra de Preciado (2015), cuja teorização articula as instâncias de poder do Estado, do capitalismo e do patriarcado. Para o autor, o que chamamos de "natureza" ou de diferença biológica constitui o resultado de tecnologias históricas de enquadramento e normatização que gravam na carne as marcas da dominação:

O corpo dissidente não é um erro da natureza, mas o limite vivo do sistema biopolítico; é a evidência de que as tecnologias de normalização falham em capturar a totalidade da experiência humana e de que a carne sempre guarda uma potência de insubmissão (Preciado, 2015, p. 42).



Essa fabricação linguística e material a que Preciado (2015) se refere ecoa diretamente nas formulações de Judith Butler (2003) sobre a performatividade de gênero, ao postular que as identidades não decorrem de essências biológicas estáticas, mas sim de uma repetição estilizada de atos e discursos historicamente regulados. Quando transporto essa matriz pós-estruturalista para a análise do cotidiano institucional, percebo que minhas marcas corporais e minha atuação no espaço escolar deixam de ser dados puramente biográficos e passam a operar como arquivos políticos. A partir dessa perspectiva analítica, constato que o estranhamento normativo diante de um corpo dissidente na docência não é um evento casual; reflete o *modus operandi* de uma estrutura biopolítica que necessita reafirmar constantemente o centro hegemônico por meio da vigilância sobre a carne do outro.

Assim, ao cruzar as proposições de Preciado (2015) com as pedagogias culturais do corpo, estabelece-se um nexos científico fundamental para compreender de que maneira a instituição escolar atua como uma maquinaria de enquadramento. Os discursos reacionários contemporâneos, ao tentarem fixar o determinismo anatômico nas práticas pedagógicas, operam aquilo que se pode classificar como uma violência somatopolítica⁵. Nesse cenário de disputas, a escrita de si e a teorização localizada constituem ferramentas de insurgência epistêmica. A corporalidade dissidente, portanto, ao ser mobilizada sob o rigor metodológico da escrevivência, deixa de ser apenas o alvo passivo das tecnologias de normalização e assume o estatuto de potência de insubmissão teórica, capaz de mapear e fraturar os binarismos que historicamente delimitaram as fronteiras do que é considerado um corpo legítimo e inteligível.

O corpo dissidente, ao emergir como ruído nesse sistema de representação, escancara o caráter eminentemente político dos moldes sociais. Mais do que a mera divergência estética ou anatômica, a dissidência corporal constitui uma recusa epistêmica e prática às tecnologias de normalização, configurando-se como uma força que sabota a ficção do binarismo de gênero. Ao transitar pelos corredores da escola e da universidade, percebo que minha própria presença desorganiza as expectativas institucionais e expõe o quanto as performances de masculinidade e feminilidade dependem de uma vigilância ritualística constante para parecerem naturais. Assim, a corporalidade dissidente transita nesses espaços não como passividade, mas como um arquivo vivo de contestação, demonstrando que a carne que escapa à norma é, fundamentalmente, um território de insurgência e produção de novos saberes.

É importante salientar que a existência do corpo nesses espaços formais centra-se na ótica foucaultiana de *Vigiar e Punir*. Michel Foucault (1987) compreende que as instituições modernas —

⁵ De acordo com Preciado (2015) refere-se a uma forma de poder que não atua apenas vigiando ou punindo, mas que molda e produz a própria materialidade biológica e molecular do corpo.



como a escola, a prisão e a fábrica — operam como maquinarias de produção de "corpos dóceis".

Para o filósofo, o poder não se exerce apenas por meio de grandes proibições, mas por uma microfísica que penetra os gestos cotidianos, os tempos e os movimentos, utilizando-se do olhar vigilante e do exame constante para moldar o indivíduo. Assim, o corpo que confronta a norma pedagógica e espacial da instituição deixa de ser apenas um aluno ou um pesquisador: ele passa a ser lido como um desvio que precisa ser corrigido, ortopedizado⁶ ou expelido do tecido social para que a engrenagem do poder continue operando sem ruídos.

Essa perturbação gerada pelo trânsito do corpo dissidente nos ambientes educativos evidencia o que se pode chamar de crise de legibilidade institucional. A escola e a universidade, historicamente erguidas sob o signo da ordem e da classificação dos sujeitos, colapsam teoricamente diante de presenças que se recusam a performar a passividade ou o binarismo compulsório. O "ruído" provocado no cotidiano dessas instituições não é, portanto, um ato isolado de rebeldia, mas uma fratura exposta nas pedagogias de controle. Ao tensionar os espaços formativos com a própria existência, o pesquisador-corpo-dissidente subverte a lógica da coerção silenciosa: ele força a instituição a olhar para os seus próprios mecanismos de exclusão e a reconhecer que as fronteiras da normalidade são tão violentas quanto artificiais.

Olhar para essas corporalidades dissidente-insurgentes implica, portanto, um exercício de transcendência. Habitar e pesquisar a partir desses corpos exige romper com a lógica da (des)legitimação que reduz a existência a apenas duas possibilidades corporais rigidamente demarcadas. Trata-se de compreender o corpo a partir da multiplicidade de suas identidades, de seus sentidos e de suas derivas históricas, descentralizando a anatomia como destino e assumindo-a como potência poética e política. Ao desestabilizar os binarismos compulsórios, o corpo dissidente nos corredores da escola e da universidade não apenas sobrevive às tecnologias de docilização; ele reconfigura o próprio espaço formal, inaugurando outras formas de inteligibilidade, de linguagem e de vida que se recusam a ser silenciadas pela norma.

Não se trata de negar a materialidade dos órgãos, mas de compreender como essa materialidade é regulada para justificar a exclusão. A insistência em prender a identidade ao desenho anatômico funciona como ferramenta de docilização. Desviar-se desse molde significa habitar um espaço de questionamento contínuo, onde cada gesto, escolha de vestuário ou entonação de voz se transforma em uma arena de disputa contra o apagamento institucionalizado promovido pelo pânico moral contemporâneo.

⁶ O conceito de ortopedia dos corpos remete originalmente às formulações de Michel Foucault (1987) em *Vigiar e Punir*, obra na qual o autor analisa como as instituições modernas (como a escola e os quartéis) funcionam como oficinas disciplinares voltadas à fabricação de "corpos dóceis". No âmbito deste artigo, o termo é atualizado pelas pedagogias culturais de gênero, designando o esforço contínuo e por vezes violento das estruturas escolares para corrigir, alinhar e "endireitar" as performances que desviam da matriz cisheteronormativa compulsória.



2.2 O Cotidiano como Trincheira e a Escrita Situada como Desvio

Se as estratégias dispõem de mapas, leis, orçamentos e instituições, os sujeitos dissidentes precisam habitar o tempo e a astúcia. É nessa assimetria incontornável que Michel de Certeau (1989) localiza as táticas: ações isoladas que não dispõem de um lugar próprio para se proteger, agindo estritamente nas brechas, aproveitando as falhas e os pontos cegos do sistema para produzir desvios, apropriações e resistências. A tática é a arte de aplicar golpes no terreno do outro, a astúcia do cotidiano que permite ao oprimido sobreviver em territórios que foram projetados para eliminá-lo. Como assevera o autor:

A tática não tem por lugar senão o do outro. [...] Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus ganhos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias. [...] O que ela ganha não se mantém. Esse não-lugar lhe permite sem dúvida uma mobilidade, mas numa submissão às conjunturas do tempo (Certeau, 1989, p. 100-101).

O meu corpo dissidente, ao atuar profissionalmente na escola e pesquisar na academia, performa táticas de sobrevivência a cada instante. O riso compartilhado com um aluno marginalizado na hora do intervalo, a escolha de materiais didáticos que implodem os estereótipos de gênero, a utilização do nome social como um direito inegociável e até mesmo a manutenção de uma postura corporal que recusa a docilidade imposta são golpes sutis, mas devastadores, desferidos contra as estratégias de enquadramento social.

Neste contexto, a elaboração deste artigo não se resume ao mero cumprimento de tarefas acadêmicas. Trata-se, fundamentalmente, de uma tática de guerrilha epistemológica. O ambiente científico, tradicionalmente erguido sob a égide da neutralidade descorporificada e do distanciamento higiênico, é tensionado por uma escrita que sangra, que se assume localizada e que carrega o peso de uma trajetória vivida na pele. Ao reivindicar a "escrevivência" como aporte metodológico e epistemológico, rompo definitivamente com a farsa do observador imparcial.

A escrita de si, quando amparada pelo rigor da análise crítica e pós-estruturalista, despeja a subjetividade dissidente no coração do debate acadêmico, transformando a ferida da marginalização em ferramenta teórica de intervenção política. Usar as ferramentas da própria ciência para denunciar a violência da ciência biologista é a astúcia suprema do sujeito tático que, ao habitar a casa do senhor, utiliza suas próprias ferramentas para dismantelar as estruturas de opressão.

Essa postura metodológica implode a distância regulamentar entre sujeito e objeto de pesquisa, comum ao paradigma positivista de ciência. Para estruturar uma investigação que parte da dor e da potência de ser um corpo dissidente no cotidiano escolar, este artigo articula a autoetnografia e o conceito de *escrevivência* de Conceição Evaristo como posturas epistemológicas fundamentais. Na formulação de Evaristo, a escrita não pode se desvincular do corpo que a produz:



A nossa escrevivência não é para adormecer os da casa grande, mas sim para incomodá-los em seus sonos injustos. [...] O ato de escrever, para nós, é um ato de insurgência, é o registro de uma coletividade que se recusa ao silenciamento e que faz da memória o seu principal território de luta (Evaristo, 2020, p. 26).

Ao transpor minhas memórias para o papel acadêmico, oporo uma recusa deliberada ao silenciamento que historicamente nos foi imposto. A escrevivência permite converter as marcas da violência sutil — sofrida nos gestos policiados e nos corredores vigiados — em ferramenta de intervenção teórica. O texto torna-se, assim, um arquivo vivo onde a carne do pesquisador-professor-dissidente se faz matéria conceitual e instrumento de profanação política das certezas científicas biologistas.

Contudo, para garantir que essa escrita de si não se degenere em um confessionário desprovido de rigor ou em um relato puramente ilustrativo, adoto como princípio norteador a configuração textual proposta por Maria do Rosário Mortatti (1999). A autora orienta que a escrita científica explicita com transparência as intencionalidades do pesquisador, os seus limites e os passos metodológicos de sua elaboração. A configuração de Mortatti exige que o texto seja estruturado de modo que o leitor consiga rastrear o movimento crítico do pensamento, partindo do ponto de partida biográfico até alcançar a generalização teórica.

Essa costura rigorosa ganha operacionalidade analítica por meio do instrumental teórico de Michel de Certeau (1989), especificamente em sua distinção entre estratégias e táticas. A análise dos dados empíricos — que consistem nos discursos políticos da última década no Brasil e nas minhas memórias de atuação profissional na escola — é feita sob este crivo.

As estratégias de controle representam o poder institucionalizado, os discursos parlamentares conservadores e o currículo oculto da escola, que tentam impor o binarismo biológico como lei espacial e comportamental. As táticas, por outro lado, emergem nas pequenas astúcias cotidianas, nos desvios estéticos e linguísticos que os sujeitos dissidentes operam em tempo real para sobreviver e cavar espaços de respiração dentro da engrenagem hegemônica.

A articulação metodológica entre as táticas de Michel de Certeau e a escrevivência de Conceição Evaristo permite desenhar uma cartografia das resistências invisíveis que escapam aos radares do poder institucionalizado. Enquanto as estratégias biopolíticas dispõem de gabinetes parlamentares, emendas orçamentárias, currículos oficiais e aparatos punitivos, as táticas dos sujeitos marginalizados operam estritamente na dimensão do tempo e da astúcia cotidiana. A tática, por não possuir um lugar próprio onde capitalizar ganhos ou edificar fortalezas, depende da capacidade de capturar a oportunidade no voo, de aproveitar os pontos cegos e as fissuras da própria engrenagem regulatória para instaurar o desvio.



Trazer essa chave de leitura para o ambiente acadêmico transforma o próprio ato de pesquisar em uma guerrilha epistemológica. A universidade, erguida historicamente sob a égide do distanciamento higiênico e de uma linguagem pretensamente desincorporada, reage com profundo estranhamento à presença de uma escrita que assume seus próprios afetos e cicatrizes. Ao utilizar os instrumentos analíticos da teoria pós-estruturalista para denunciar o caráter excludente das ciências biológicas, o pesquisador tático opera uma subversão sofisticada: habita a casa do senhor utilizando suas próprias ferramentas teóricas para desestabilizar as estruturas de opressão. A memória pessoal deixa de ser um elemento anedótico e assume o estatuto de arquivo analítico rigoroso, capaz de desmascarar a farsa da neutralidade universal que sempre serviu à manutenção do centro hegemônico

2.3 Resultados e Discussão: O Embate das Estratégias Hegemônicas contra as Táticas Dissidentes no Espaço Educativo

A análise das dinâmicas discursivas que marcaram o Brasil na última década revela um processo sistemático de instrumentalização do medo como tecnologia de governo dos corpos. Tomaz Tadeu da Silva (2000) identifica que a fixação das identidades consideradas legítimas depende, necessariamente, da produção discursiva e hostil da diferença, utilizando a rejeição e o estranhamento como ferramentas de controle:

A identidade e a diferença são o resultado de um processo de produção discursiva e política. [...] Marcar a diferença significa estabelecer uma hierarquia, classificar, incluir e excluir. O medo do outro, do diferente, é o motor discursivo que tenta fixar e naturalizar uma identidade hegemônica como se fosse a única normal, universal e segura (Silva, 2000, p. 73-75).

Essa tentativa de restauração de uma ordem mítica ampara-se na preservação daquilo que a teoria crítica de gênero define como a "fantasia do centro". O centro autodeclara-se como o território da neutralidade, da virtude e da normalidade universal — historicamente ocupado pela figura do sujeito cisgênero, heterossexual e branco. Aqueles que não correspondem a essa matriz são empurrados para as margens ex-cêntricas. Letícia Nascimento adensa essa crítica ao apontar como essa arquitetura da exclusão define as fronteiras da própria humanidade através dos discursos normativos:

A cisheteronormatividade é um sistema de opressão que determina quem são os sujeitos humanos legítimos e quais vidas são passíveis de luto. Quando corpos trans, travestis e dissidentes são lançados à margem, o sistema atua para que suas existências sejam lidas como impossíveis ou monstruosas (Nascimento, 2021, p. 48).

No tecido cotidiano das salas de aula e das reuniões pedagógicas, as estratégias de controle produzem aquilo que se pode definir como "os silêncios escolares". Os silêncios não correspondem à



ausência de som, mas à produção ativa de conteúdos que a cultura institucional ensina a esconder, mutilar ou recalcar para que o sujeito possa transitar pelos espaços formais sem se tornar alvo de violência explícita. Trata-se do silenciamento autoimposto pelo medo do rechaço, pela necessidade de sobrevivência psíquica de alunos e professores que percebem que suas identidades são lidas como impossíveis ou monstruosas pelo sistema cisheteronormativo. Esse monitoramento constante gera corpos hipervigilantes, cujas energias vitais são drenadas para a performance contínua de uma normalidade artificial exigida pelo pânico moral contemporâneo.

Contudo, a análise autoetnográfica revela que as margens excêntricas não são apenas lugares de sofrimento ou escassez; são territórios de contaminação criativa e de invenção política. As redes de solidariedade silenciosa tecidas entre estudantes marginalizados nos cantos menos vigiados do recreio, a apropriação subversiva da linguagem por meio de gírias que ressignificam o insulto e a introdução de discussões críticas que implodem os binarismos anatômicos no chão da sala de aula constituem as legítimas artes de fazer da dissidência. A atuação de um docente que se recusa à cumplicidade silenciosa e acolhe o nome social de um estudante trans atua como um golpe tático devastador. Essa micropolítica desarma a macroestratégia planejada nos gabinetes distantes do poder parlamentar, provando que o chão da escola é um território em constante disputa, onde a carne insubmissa insiste em reinventar o mundo e garantir que nenhuma existência seja deixada para trás.

No cotidiano escolar em que atuo, essas estratégias normatizadoras manifestam-se em pedagogias culturais sutis e violentas. A "educação dos gestos" e o policiamento estrito sobre "as roupas e os acessórios" são marcas dessa vigilância invisível que tenta moldar os sujeitos desde a infância. A escola tradicional funciona como um molde que pune o andar rebolado, o tom de voz agudo ou o uso de adereços considerados femininos em corpos lidos como masculinos.

Essas pressões produzem o que chamo de "os silêncios": aquilo que a cultura nos ensina a esconder, amputar ou repudiar em nós mesmos para que possamos obter o direito de transitar pelos espaços institucionais sem sofrer violência explícita.

No entanto, o cotidiano da escola não é apenas um lugar de sujeição passiva. Diante das estratégias que tentam ditar a geografia do gênero — como os banheiros divididos estritamente pela anatomia e as filas escolares binárias —, os sujeitos operam táticas criativas de desvio. O uso estratégico da linguagem, como a apropriação de gírias e a criação de redes de solidariedade silenciosas entre alunos marginalizados na hora do recreio, configura-se como legítimas artes de fazer de resistência.

A própria atuação profissional de um professor dissidente que se recusa a adotar a neutralidade conivente representa uma tática crucial. Trata-se da astúcia de acolher as diferenças, de validar as subjetividades trans e travestis no espaço da sala de aula e de usar o próprio currículo escolar para



fissurar as verdades biológicas estabelecidas. Como o capitão da metáfora inicial, as instâncias de poder planejam a guerra a partir de gabinetes distantes, mas é a astúcia tática do corpo que resiste no chão da escola que de fato reorganiza os territórios e impede que a opressão seja absoluta.

Para compreender de que maneira as estratégias biopolíticas e as táticas de desvio se materializam no cotidiano escolar, evoco um fragmento do meu arquivo de memórias e diário de campo, que ilustra a violência sutil das pedagogias culturais e a astúcia da resistência molecular:

Era hora do intervalo recreativo na escola básica onde atuo. Um grupo de meninos jogava futebol no centro do pátio, ocupando quase a totalidade do espaço físico. Em um canto periférico, próximo aos banheiros, um estudante lido como masculino dançava, movimentando os quadris e os braços em gestos fluidos, acompanhado pelo riso de duas colegas. Um inspetor aproximou-se rapidamente e, com o tom de voz firme, disparou: 'Rapaz, vai jogar bola com os outros, para de palhaçada que isso não é postura de homem no meio do pátio'. O estudante parou imediatamente, recolhendo os braços junto ao corpo, em um silêncio defensivo. Minutos depois, ao cruzar comigo no corredor, o mesmo aluno me olhou, sorriu discretamente e fez um rápido sinal com os dedos, indicando que a dança continuaria, mas longe dos olhos da vigilância. (Silva, Diário de Campo, 2026).

Essa cena empírica desvela a microfísica do poder operando na domesticação dos corpos em tempo real. O policiamento do inspetor não visa apenas corrigir um gesto isolado, mas restaurar a geografia binária do pátio escolar, onde o centro pertence à virilidade hegemônica e as margens devem ser docilizadas. Contudo, o sorriso cúmplice do estudante e a promessa silenciosa de continuidade da dança nos pontos cegos da instituição revelam a tática certauniana em sua pureza: o sujeito tático não confronta o poder de frente, mas habita suas brechas, desviando-se da coerção e garantindo pequenos territórios de respiração e sobrevivência existencial.

É preciso deslocar esse olhar analítico e perceber que as micropolíticas de poder e os enquadramentos normativos não se restringem ao chão da escola básica; eles se estendem e ganham contornos específicos na minha presença na universidade. Ao ingressar na academia, as estruturas de preconceito operam de forma ainda mais refinada, mascaradas pelo verniz da neutralidade científica. Sob a matriz pós-estruturalista de Louro (2004), a própria instituição funciona como um potente aparato de normalização, regulando a linguagem e estabelecendo as fronteiras discursivas que definem quem está autorizado a produzir o saber legítimo:

A marcação da diferença jurídica, social ou cultural não se faz isoladamente, ela exige um processo contínuo de inscrição e de reinscrição. A norma necessita ser constantemente reafirmada para se manter como tal e com “[...] aqueles e aquelas que fogem à norma são empurrados para as margens, mas é preciso compreender que as margens são também lugares de trânsito, de contaminação e de invenção (Louro, 2004, p. 42-43).

O ambiente científico frequentemente aceita a dissidência desde que ela permaneça



domesticada na condição de "objeto de estudo" exótico, mas reage com profundo estranhamento quando o corpo dissidente assume a autoria e se coloca como o sujeito da enunciação teórica. Habitar os corredores acadêmicos exige, portanto, a mesma astúcia tática descrita por Certeau: apropriar-se das ferramentas da própria linguagem científica e pós-estruturalista para implodir os binarismos e a farsa do observador imparcial, fazendo da escrita de si uma intervenção política inegociável dentro das estruturas que historicamente tentaram nos silenciar.

Silva discute (2000) como a fixação da norma identitária depende intimamente da produção hostil da diferença nos aparatos de saber:

A identidade normal é aquela que se coloca como o centro, como a medida de todas as coisas, sem precisar se justificar. A diferença, por sua vez, é sempre o outro que deve ser classificado, avaliado e, em última instância, mantido sob controle para que o centro não perca seus privilégios de universalidade (Silva, 2000, p. 81).

Essa centralidade normativa denunciada por Silva (2000) não flutua no vazio institucional; ela ganha materialidade e capilariza-se através do currículo. Longe de constituir um conjunto asséptico e neutro de conteúdos programáticos a serem transmitidos aos estudantes, o currículo atua como um território de contestação e um artefato cultural profundamente implicado na produção de subjetividades. É nas entrelinhas das grades curriculares, na escolha das literaturas legitimadas e nos silêncios prescritos que a maquinaria escolar define o que conta como conhecimento válido e qual existência é digna de ser enunciada. O currículo tradicional opera, portanto, como uma tecnologia de governo que visa fixar as fronteiras de gênero e sexualidade, naturalizando o centro hegemônico e higienizando o espaço pedagógico de qualquer ruído que ameace a inteligibilidade binarista.

Essa barreira institucional e o monitoramento biopolítico sobre a autoria dissidente materializaram-se de forma pedagógica e violenta na minha própria trajetória de contratação na universidade. O processo de ingresso no corpo docente, longe de configurar um rito burocrático neutro, converteu-se em um autêntico tribunal somatopolítico ao passar pelo crivo do colegiado. Sob o pretexto de salvaguardar a moralidade e a assepsia acadêmica, setores conservadores do professorado — amparados por denúncias anônimas de estudantes — articularam uma ofensiva discursiva contra a ementa da disciplina de Gênero, Raça e Sexualidade sob minha regência. Acusaram-me, de forma caricatural e abjeta, de converter o espaço da aula em um território de doutrinação sobre "práticas sexuais". Essa manobra discursiva expõe o funcionamento exato da maquinaria higienista: quando os marcadores da diferença entram no currículo, o centro normativo apressa-se em patologizá-los, reduzindo discussões epistemológicas sérias à pura dimensão do escândalo biológico e da perversão.

O desfecho desse episódio, culminando no arquivamento da denúncia pelo fato de os



acusadores não possuem registros formais que sustentassem a difamação, indicia a fragilidade e o caráter fantasmático dos dispositivos de vigilância contemporâneos. A ausência de materialidade institucional forçou o recuo da estratégia de censura, permitindo que a farsa moralista desmoronasse sob o peso de sua própria inconsistência jurídica.

Contudo, as marcas desse tensionamento permanecem inscritas na carne. Habitar a docência universitária a partir desse arquivo vivo de perseguição e insubmissão exige fazer do trauma uma ferramenta epistêmica. O arquivamento não apaga a violência da tentativa de silenciamento; pelo contrário, ele legitima esta escrevivência como um ato de profanação política essencial, demonstrando que o chão da sala de aula universitária é um campo de batalha curricular onde o direito de enunciar a dissidência precisa ser taticamente defendido a cada parecer, a cada aula e a cada linha escrita.

Diante desse enquadramento normativo, o pensamento pós-estruturalista de Silva (2000) abre caminhos para pensarmos as possibilidades de um currículo queer. Esta vertente não se limita a propor a mera inclusão de "temáticas da diversidade" ou a inserção tolerante de conteúdos marginalizados em um plano de ensino preexistente — o que seria apenas uma tática cosmética de domesticação da diferença. Pensar um currículo queer exige uma operação radical de desestabilização e profanação das próprias fundações do conhecimento escolar. Trata-se de colocar sob suspeita as certezas anatómicas, fraturar as pedagogias da normalização e questionar os processos discursivos pelos quais certas identidades foram empurradas para as margens da abjeção. No chão da escola e nas linhas deste exercício autoetnográfico, o currículo queer performa-se nas astúcias quotidianas que desviam a norma, convertendo a escrita-corpo dissidente em uma ferramenta de insubmissão política capaz de explodir as pretensões de universalidade do centro acadêmico e escolar.

Na estrutura acadêmica, essa dinâmica manifesta-se quando o pesquisador dissidente é incentivado a falar sobre si apenas como um "objeto exótico" de estudo, mas encontra barreiras quando utiliza a sua corporalidade como ponto de partida para a enunciação teórica pós-estruturalista. Habitar os corredores da universidade exige, portanto, a apropriação astuta das ferramentas conceituais da própria ciência para implodir a ficção do observador neutro e desincorporado.

Sob essa perspectiva, o currículo queer deixa de ser uma mera abstração teórica e ganha contornos de insubmissão quando embasado pela escrevivência. Ao evocar o conceito de Conceição Evaristo (2007), compreende-se que a escrita fratura o espaço da exclusão não pelo decalque da norma, mas pela inscrição da própria subjetividade rasurada no tecido do saber legítimo. A escrita-corpo que performa esta autoetnografia desafia o enquadramento do currículo acadêmico tradicional, na medida em que recusa a assepsia metodológica e assume o relato da carne dissidente como matéria-prima de rigor científico. Não se trata, portanto, de pedir permissão para habitar o texto, mas de fazer da escrita um ato de profanação política que rasga as linhas do previsível e obriga o centro a encarar



as suas próprias margens.

Em suma, a articulação entre as táticas cotidianas de Certeau (1989), as pedagogias da sexualidade de Louro (2004) e as teorizações críticas de Silva (2000) desenha um horizonte metodológico em que o pesquisador dissidente deixa de ocupar a posição de mero objeto exótico de investigação para se converter em sujeito soberano de sua própria história.

O chão da escola e os corredores da universidade, embora arquitetados como geometrias de vigilância biopolítica e domesticação dos corpos, revelam-se territórios dinâmicos e porosos, constantemente sabotados pelas astúcias moleculares de quem neles transita. É na fissura desse ordenamento institucional que a dissidência institui o seu lugar, provando que enquanto houver uma maquinaria empenhada em capturar e silenciar a diferença, haverá corpos rebeldes convertendo a própria existência em ferramenta epistêmica de luta, rasura e reinvenção do mundo.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise empreendida ao longo deste percurso de escrita teórico e autoetnográfico — sustentada pelo rigor arqueológico da historicidade dos discursos proposta por Mortatti e pela sensibilidade analítica das artes de fazer de Certeau — conduz-nos à formulação de que o corpo dissidente não habita o espaço institucional como um receptáculo passivo das investidas normatizadoras do poder. Se as estratégias institucionais e os arranjos políticos que redesenharam o cenário brasileiro contemporâneo tentam, de forma incessante, enclausurar a pluralidade dos gêneros e das subjetividades em moldes biológicos e binaristas rígidos, o quotidiano das margens responde com uma proliferação de táticas moleculares de sobrevivência. Entre essas astúcias que subvertem o lugar e instauram o tempo do desvio, a escrita científica situada — convertida aqui em genuína escrevivência — emerge como uma das expressões mais potentes de profanação política e insurgência epistêmica.

Essa escrita de si recusa-se terminantemente a reivindicar a fundação de um "novo centro" ou o estabelecimento de uma contra norma que venha a substituir as hegemonias vigentes. Sabemos, por herança pós-estruturalista, que todo o centro engendra necessariamente as suas próprias periferias e reitera a pulsão exclusivista de controlo. A perspectiva que se tem para a educação e para a pesquisa em ciências humanas trata-se de implodir a própria inteligibilidade que naturaliza o centro como o território exclusivo da neutralidade, da validação científica e da existência humana legítima. Escrever a partir da dissidência, na esteira do que preconiza Conceição Evaristo, é demonstrar que o centro é, ele próprio, uma ficção política discursivamente sustentada pelo silenciamento e rasura histórica das margens.



Encerro este exercício de insubmissão narrativa amparando-me na provocação radical de Guacira Lopes Louro (2004), que convoca a pesquisa e à docência ao abandono dos portos seguros das verdades absolutas e à assunção do risco da impermanência: “A educação contemporânea exige a coragem de viver com perguntas provisórias e o compromisso ético de não deixar nenhum corpo para trás” (Louro, 2004, p. 112).

Habitar a ambiguidade inegociável da diferença, destituir as certezas biológicas das suas pretensões de verdade e converter a própria carne em ferramenta de luta e de inscrição textual é a tática mais urgente que nos resta. É através dessa escrita-corpo, que sangra e tensiona o papel, que as existências excêntricas desestabilizam os gabinetes do poder, desviam-se das pedagogias da opressão e asseguram, no chão da escola e nos corredores da academia, o direito inalienável e urgente de reinventar e ocupar o mundo.

REFERÊNCIA

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1989.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe um em-bon-de-ro nasceram histórias. *In*: REIS, Eliana Lourenço de Lima; SOUZA, Florentina da Silva; MARQUES, Reinaldo Martiniano (orgs.). **Corpo e política nas literaturas americanas**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2007. p. 16-21.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GOELLNER, Silvana Vilodre. O corpo e o gênero nas entrelinhas da cultura. *In*: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (orgs.). **Lendo o corpo nas entrelinhas da cultura: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 15-28.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Notas sobre linguagem, texto e pesquisa histórica em educação. **Revista História da Educação**, [S. l.], v. 3, n. 6, p. 69–77, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30258>. Acesso em: 26 jun. 2026.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual**. São Paulo: n-1 edições, 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva os estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.